

que fizemos no dia de hoje à sede da Confederação Brasileira dos Aposentados e Pensionistas – COBAP.

Estiveram nesse encontro, além do Presidente da entidade, João Resende Lima, representantes das 22 federações a ela filiadas, representantes do MOSAP – Movimento dos Servidores Públicos Aposentados e da Associação Nacional de Fiscais de Contribuições Previdenciárias – ANFIP.

A Cobap, sociedade civil sem fins lucrativos, vem desenvolvendo ao longo de sua história discussões profundas e lutas incessantes para o efetivo exercício da cidadania. Nesse sentido, ficou definido, no contato que lá tivemos, que as lutas dos aposentados e pensionistas da área privada e pública serão planejadas visando à inserção dos aposentados e pensionistas no processo eleitoral deste ano e, principalmente, no de 2002.

A Cobap e o Mosap entendem que é importante que o Congresso Nacional retome a discussão sobre o salário mínimo e sobre a reposição integral das perdas acumuladas pelos aposentados e pensionistas ao longo dos anos – segundo a Cobap, as perdas dos trabalhadores inativos da área privada, desde 1993, chegam a 33,47%.

A Cobap, mais do que nunca, pretende ocupar espaços e impedir que os aposentados continuem sendo descartados do sistema de desenvolvimento nacional percebendo minguados proventos que impedem que levem uma vida digna e decente.

Os aposentados e pensionistas querem o respeito da população e, principalmente, do Governo Federal, que os tem tratado como peças inúteis, o que decididamente não são.

Parabéns à Cobap e ao Mosap pela perseverança com que têm enfrentado os problemas postos em suas trajetórias. Problemas esses que poderiam ser resolvidos se, efetivamente, tivéssemos um Governo preocupado com os aposentados e pensionistas. Parabéns, também, pela sabedoria com que têm levantado a sua bandeira de luta e o orgulho que sentem pelas vitórias que conseguem alcançar, mesmo sabendo que elas, na maioria das vezes, são pequenas.

Era o que tínhamos a registrar.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. OSMÂNIO PEREIRA (Bloco/PMDB – MG. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, “a Caixa Econômica será braço financeiro do Ministério do Esporte e Turismo para a construção de quadras e ginásios esportivos”.

O Sr. Ministro do Esporte e Turismo, Carlos Melles, assinou dia 26 de maio próximo passado contrato

de prestação de serviços transferindo do Instituto de Desenvolvimento do Esporte (INDESP) para a Caixa Econômica Federal (CEF) a gestão e fiscalização de projetos de infra-estrutura esportiva. “Estamos dando mais um passo importante para a reorganização do Ministério. O Indesp tem a função de promover o desenvolvimento do esporte e não pode confundir suas ações com administração de recursos e fiscalização da construção de quadras”, disse o Sr. Ministro.

A medida é parte do compromisso assumido pelo Ministro Carlos Melles de reestruturar e definir as funções do Ministério do Esporte e Turismo e de suas autarquias. A partir de agora, o Ministério e o Indesp ficam responsáveis pela formulação das políticas de esporte e turismo, bem como pelo acompanhamento e pela avaliação das medidas delas decorrentes.

Pelo contrato firmado, a Caixa Econômica Federal assumirá a análise técnica dos projetos, a liberação dos recursos e a fiscalização das obras de 644 projetos de construção de unidades esportivas pelo MET em 1999, valor de R\$64,5 milhões, com recursos previstos no Orçamento do ano passado. Ela também se responsabilizará pelos projetos a serem financiados pelo MET/Indesp com recursos do Orçamento deste ano, no valor aproximado de 90 milhões de reais.

Com a assinatura do contrato, a Caixa Econômica coloca à disposição do Ministro do Esporte e Turismo uma equipe composta por engenheiros e advogados que serão responsáveis pelo exame técnico e jurídico dos projetos de 1999 a 2000. “Estamos preparados para este tipo de atividade e obtivemos êxito em parcerias com outros Ministérios”, afirmou o Diretor de Transferências e Benefícios da CEF, José Renato Correia de Lima.

Além de racionalizar os procedimentos operacionais do Ministério do Esporte e Turismo, o trabalho conjunto vai agregar ao Ministério a capacidade técnica da Caixa Econômica Federal e de sua rede de agências distribuídas por todo o País. Graças a sua agilidade e competência na área de fiscalização e gestão, capazes de eliminar fraudes e superfaturamentos, a CEF já recebeu o ISO 9002 e o reconhecimento de órgãos governamentais de controle interno e externo, como a Secretaria Federal de Controle e o Tribunal de Contas da União.

Muito obrigado.

O SR. JOAQUIM FRANCISCO (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, daqui a três meses, as atenções do mundo estarão voltadas para a cidade australiana de Sydney, por conta da realização das Olimpíadas da

Éra Moderna, em sua 27ª versão. Trata-se de acontecimento do mais alto significado, não apenas esportivo, a exemplo do que vem ocorrendo desde o ano de 1896, com a retomada de competições internacionais sistematizadas a cada quadriênio, à luz do que ocorrerá há quase 2 mil anos na Grécia. Não por acaso, essa reedição dos Jogos Olímpicos, em seu formato atual, teve como sede a cidade de Atenas, que voltará a sediá-los em 2004.

A despeito do seu caráter de conagração dos povos por intermédio da prática de esportes, sabe-se que as Olimpíadas constituem excelente oportunidade de projeção política e ideológica dos países participantes. O ideal que as inspirara, consubstanciado no célebre enunciado do Barão de Coubertin, segundo o qual é mais importante competir do que vencer, tem sido desvirtuado ao longo dos tempos, na medida mesma do sentido político emprestado a esse lema inspirador. Tanto assim que a crônica dos Jogos está repleta de boicotes, atentados terroristas, protestos, desistências, denúncias de interesses e conceitos outros que não os respaldados pelo ideário do seu fundador moderno. A despeito desses tantos desvios, entretanto, as Olimpíadas mantêm acesa a sua chama de aperfeiçoamento eugênico, de enlace de culturas, de aproximação de atletas de dezenas de países, de melhor conhecimento do mundo que habitamos. Daí sua relevância e seu esplendor.

Os Jogos de Sydney, Sr. Presidente, proporcionarão novas oportunidades de enriquecimento cultural e de divulgação das potencialidades de todos os espaços geográficos representados naquela cidade australiana. E isso é ainda mais evidente para os países que, embora não se incluam entre as chamadas potências olímpicas, começam a assumir posições de relativo destaque nesse contexto. Tal é o caso do Brasil.

Nosso País, não obstante sua grandiosidade territorial e populacional, ainda ocupa modesta colocação no **ranking** do Comitê Olímpico Internacional, sediado na Suíça. Mais exatamente, aparecemos em 38º lugar na relação dos detentores de medalhas desde nossa primeira participação na Antuérpia, em 1920. Como, então, aspiramos ao título de futura potência?

A resposta está em que, a cada participação nossa, vimos marcando presença mais constante no pódio. Isso decorre do fato de termos despertado, em décadas recentes, para a relevância dos Jogos, apesar dos tantos problemas internos que nos oprimem, sobretudo no que concerne ao aspecto social. A rigor, o **ranking** do COI reflete a prevalência de nações mais ou menos desenvolvidas, cujos povos ostentem

mais ou menos favoráveis níveis de qualidade de vida. Nesse sentido rigoroso, pouco vale cobrir-se de glórias esportivas, revelando ao mundo talentos, vocações e viabilidade competitiva, se esse não é o espelho real de uma sociedade como a brasileira, ainda às voltas com problemas fundamentais, inclusive no âmbito da saúde e da educação. De qualquer sorte, as façanhas olímpicas, com sua repercussão em todos os quadrantes do globo, sem dúvida contribuem não somente para melhorar nossa imagem, como também para abrir novas portas de acesso à civilização e ao desenvolvimento.

Mas cabe uma reflexão a respeito daquela nossa tímida colocação no ranking dos medalhistas olímpicos. À primeira vista, chega a ser vexatório, para o quinto país mais extenso e populoso, situar-se abaixo de 37 outros, em sua maioria com enorme desvantagem em relação ao Brasil nesses aspectos. E sem dúvida o é, no sentido da explicitação do nosso precário estágio de desenvolvimento socioeconômico. Basta ver que obtivemos tão-somente, em todo o decorrer da nossa participação, um total de 54 medalhas, das quais apenas doze de ouro.

Existe, porém, uma maneira menos negativa de visualizar a questão. Afora as grandes potências, encabeçadas pelos Estados Unidos e pelos demais países mais ricos e pujantes do globo, os que nos superam estatisticamente se incluem entre as nações já consolidadas, já "construídas", com sociedades prósperas, com tradição olímpica e marcante papel de liderança cultural. E existem outras, não exatamente enquadradas no mundo desenvolvido, mas que vêm de há muito investindo maciçamente nas suas representações olímpicas, como as do Leste Europeu, que seguiam o antigo modelo soviético e, no caso específico da América Latina, o exemplo bem característico de Cuba.

Outro aspecto a considerar, Sr. Presidente, é que nenhum outro país da América Latina e do Caribe, à exceção do cubano, ostenta maior número de medalhas que o Brasil, mesmo que figuremos no **ranking** um degrau abaixo da Argentina, que, embora tenha subido menos vezes ao pódio, supera-nos no quesito ouro, que prevalece para o efeito de contagem de pontos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nada disso, obviamente, justifica nossa pálida atuação nos Jogos, até pela nossa posição no cenário latino-americano. Mas, sem dúvida, nos deixa menos desconfortável o fato de que, nas Olimpíadas recentes, vimos melhorando nosso desempenho, o que nos autoriza a pretensão a futura potência olímpica, con-

quanto em nível intermediário. Note-se que, nos Jogos de 1992, em Barcelona, assinalamos nossa primeira conquista em esportes coletivos – na modalidade de voleibol masculino –, superando o padrão de excelência apenas eventualmente individual, fruto até mesmo de treinamento no exterior. Por outro lado, nos últimos Jogos, em Atlanta, realizamos nossa melhor campanha de todos os tempos, com a obtenção de quinze medalhas, três das quais de ouro.

Sabe-se que as Olimpíadas, pela influência de toda ordem que exercem na textura mundial, são marcadas por disputas cada vez mais acirradas, com evidente vantagem para os países de mais avançada tecnologia e que concedem atenção privilegiada ao aprimoramento dos seus atletas. A cada competição, novos recordes são registrados, antigas marcas são superadas, feitos gloriosos do passado, tidos como inalcançáveis, vão ficando para trás, tamanha a capacidade humana de romper, com o avanço da ciência, as barreiras dos seus próprios limites. Ainda não nos é possível, ao Brasil, ombrear com aqueles países, pelo menos no horizonte visível e tendo em vista os muitos desafios que nos defrontam em áreas e setores mais prementes. Mesmo assim, já nos é permitido almejar bem melhores posições no âmbito olímpico, a partir dos Jogos de Sydney.

Nesse sentido, Sr. Presidente, é lícito depositar nossas esperanças na representação brasileira que se apresta para participar das próximas Olimpíadas, quando decerto nos será possível ampliar a linha evolutiva que vimos observando. Também é lícito confiar nas diligências que vêm sendo empreendidas pelo Ministério dos Esportes, bem como pelo Comitê Olímpico Brasileiro, a cuja frente se encontra a figura dinâmica e realizadora do Presidente Carlos Arthur Nuzman.

É com essa perspectiva que, sem superdimensionar a importância de que indiscutivelmente se reveste a 27ª versão das Olimpíadas da Era Moderna em seus variados aspectos, aqui registro a convicção de que, também nessa área, estaremos, os brasileiros, ocupando novos e valiosos espaços no concerto das nações.

Era o que tinha dizer.

Muito obrigado.

O SR. JOÃO HERRMANN NETO (PPS – SP. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ao que consta, o empresariado estaria pressionando o Sr. Presidente da República a que, afinal, leve adiante a propalada reforma tributária. E as lideranças governistas, no Congresso, já

anunciam planos para que o barco seja, de fato, tocado adiante.

Tudo balela. A União não quer mexer num time que está ganhando. E ganhando só para ela. Podemos provar o que se diz aqui.

Estudo dado a público pela própria Receita Federal esclarece alguns dados importantes sobre nosso sistema tributário, examinada que foi a última década.

Ali vamos encontrar, de pronto, que a carga tributária, no País, subiu de 25,5% do PIB para 30,1%. Sucede que desse aumento de quase 5% a União ficou com 87%, ou seja, perto da totalidade. Nos Estados, o aumento foi de apenas de meio por cento sobre o PIB. E, nos Municípios, de só 0,1%.

Ora, é mais que visível que, durante os debates referentes a essa reforma tributária, Estados e Municípios vão exigir tratamento mais consentâneo com sua realidade, ou seja, para dizer de forma mais clara, vão exigir que a União reduza um pouco seu apetite pantagruélico e lhes permita melhor e maior participação quando se tiver que dividir os recursos assim arrecadados.

De fato, se nos ativermos ainda mais no estudo realizado pela Receita, vamos ver que o aumento da carga tributária foi da ordem de 44 bilhões de reais. Pois desse total a União ficou com 38 bilhões, cabendo aos Estados 5 bilhões e apenas 1 bilhão para nossos mais de 5 mil municípios. É algo aberrante!

Para nós, do Legislativo, aí está uma das melhores oportunidades para o refazimento – não é mais caso de reformulação –, para o refazimento, queremos repetir, do pacto federativo. No particular, vemos que ocorre algo estranho. É que, a cada instante que se argumenta com resultados eficazes, busca-se o exemplo dos Estados Unidos, onde, para alguns desses argumentadores, tudo parece andar certo. Não se duvida do progresso acelerado que a economia americana vem demonstrando. Mas não é exatamente disso que queremos tratar. Parece-nos que, de momento, se poderia tirar da sociedade ianque um exemplo que entendemos meritório e que é o funcionamento daquela federação. Ali, diferentemente do que ocorre em nosso País, a União não possui esse poder hipertrofiado, não intervém descaradamente nos demais entes federativos, que é o que ocorre, por exemplo, com o antigo Fundo Social de Emergência, mais tarde rebatizado de FEF e, agora, de DRU, com o que o Governo central arranca, **manu militari**, 20% de todas as verbas que seriam destinadas aos Estados e Municípios.